

SÃO CRISTÓVÃO ENQUANTO PATRIMÔNIO DE SEUS MORADORES

Valdson Lucas Brito¹

História



ISSN IMPRESSO 1980-1785
ISSN ELETRÔNICO 2316-3143

RESUMO

Este trabalho procura mostrar a importância do patrimônio histórico, não somente como uma mera representação gráfica, plástica ou fotográfica de pessoa ou objeto, mas como memória e identidade, buscando assim a sua valorização e o seu reconhecimento como afirmação das ideias e da história dos homens dentro de uma realidade atual em um âmbito político, social e cultural. Este artigo parte de uma investigação de cunho bibliográfica e de campo, tendo como finalidade mostrar a importância do patrimônio histórico para a cultura sergipana. Assim, procura refletir sobre a conscientização da população de São Cristóvão em relação ao patrimônio histórico daquela cidade. Tem como fundamentação teórica as considerações de Oliveira (2008), Funari; Pelegrini (2009); Nunes (1989) e Horta (2008). É determinante conscientizar a população que convive com o patrimônio de que ele é um bem coletivo que representa sua própria identidade.

PALAVRAS-CHAVE

Patrimônio Histórico. Preservação. Memória.

This paper seeks to show the importance of heritage not only as a mere graphical representation, plastic or photo of a person or object, but as memory and identity, thus seeking its recovery and its recognition as an affirmation of the ideas and the history of men inside a current reality in a political, social and cultural. This article is part of a research nature of bibliographic and field, and aims to show the importance of historical heritage to a culture of Sergipe. Thus, a reflection on the awareness of the population of São Cristóvão in relation to the historical heritage of that city. Its theoretical foundation: Oliveira (2008), Funari; Pelegrini (2009), Nunes (1989) and Horta (2008). It is crucial to educate the population living with the heritage that it is a collective good that represents their own identity.

KEYWORDS

Historical Heritage. Preservation. Memory.

1 INTRODUÇÃO

O passado de uma sociedade, de uma cultura, mostra a realidade de uma época. A fim de apreciarmos essa época podemos observar fotografias, objetos, esculturas, pinturas, vestimentas, armas, prédios, construções. Além disso, podemos recordar o passado através das pessoas, de relatos, de histórias escritas e orais, de movimentos culturais, danças, músicas, ritmos em geral. O reconhecimento do passado importa para guardamos a memória de uma geração, para entendermos melhor nosso presente, apreciando-o criticamente para entendermos o poder do ser humano sobre a história e o seu espaço nela, bem como os nossos próprios poder e espaço.

Encontramos em nosso Estado espaços destinados à preservação da história, são cidades ditas históricas, que apresentam igrejas, cemitérios, ruas, casas, praças, imagens, esculturas e muitas construções que datam do período colonial, de uma época distante de nossos jovens, mas que fazem parte de todos os cidadãos sergipanos. Entre as cidades históricas mais conhecidas estão São Cristóvão e Laranjeiras. São cidades antigas e reconhecidas como espaços de memória não apenas sergipana, mas também brasileira de um momento histórico determinante para a nossa identidade.

Nem todas as pessoas dão importância a esse passado. Muitos ignoram e outros depredam aquilo que deveriam preservar para segurança de sua própria memória e identidade. Este trabalho procura mostrar a importância do patrimônio histórico, não somente como uma mera representação gráfica, plástica ou fotográfica de pessoa ou objeto, mas como memória e identidade, buscando assim a sua valorização e o seu reconhecimento como afirmação das ideias e da história dos homens dentro de uma realidade atual em um âmbito político, social e cultural.

Nesse sentido, consideramos patrimônio histórico como um conjunto de bens com função simbólica de resgatar a identidade, a memória de uma comunidade e de uma nação, apresentando-se como uma relação de pertencimento a uma comunidade que detém tais bens, assim como entende Oliveira (2008).

Este artigo parte de uma investigação de cunho bibliográfico e de campo e tem como finalidade mostrar a importância do patrimônio histórico para a cultura sergipana,

porque o patrimônio histórico é uma forma de guardar a memória de uma sociedade, bem como sua cultura. A conscientização de sua importância pela sociedade é relevante para sua preservação. Dessa forma, este trabalho procura refletir sobre a conscientização da população de São Cristóvão em relação ao patrimônio histórico daquela cidade.

Lidos textos relativos a patrimônio histórico, a São Cristóvão e o período colonial sergipano, foi realizada visita à cidade referida, especialmente aos prédios e igrejas que constituem a memória do século XVII. Durante a visita, foram tomadas informações de funcionários públicos e populares sobre o patrimônio que pertence àquela cidade. Constituídas essas fontes, esse trabalho contou também com textos de alunos de uma das escolas públicas da cidade, que tinham como tema “Como viver numa cidade histórica”. Foram textos colhidos por uma professora de redação no último ano do Ensino Médio durante suas aulas, no mês de setembro do corrente ano, que são importantes relatos de conhecedores do patrimônio de São Cristóvão, que permitiram uma leitura crítica sobre todas as informações já colhidas. Dessa forma, este artigo é marcado por fontes bibliográficas e de campo, como se vê abaixo.

2 PATRIMÔNIO - BEM COLETIVO

Segundo Funari; Pelegrini (2009), a palavra “patrimônio” se associa a duas ideias diferentes. A primeira considera aquilo que transmitimos aos nossos herdeiros, pode ser algo material ou de significado emocional, como uma foto. Pode ser também um patrimônio espiritual – ensinamentos e lições de vida que nos deixaram. Essa é uma forma de pensar que leva em conta o patrimônio individual, mas o termo “patrimônio” se associa, também, ao coletivo, que é algo definido e determinado não por nós mesmos, mas por outras pessoas. A característica diversificada da coletividade leva à multiplicidade de pontos de vista, de interesses e de ações no mundo. “O que para uns é patrimônio, para outros não é.” (FUNARI; PELEGRINI, 2009, p.10).

Patrimônio vem do latim *patrimonium*, e se refere a tudo que pertencia ao pai de família. Ainda em Funari; Pelegrini (2009) observa-se que o patrimônio se constituía por tudo que poderia ser passado por testamento; era um valor aristocrático e privado, referente à transmissão de bens no seio da elite patriarcal romana. Entre os romanos não havia patrimônio público. Até esculturas gregas eram colecionadas dentro de casa. A difusão do Cristianismo fez surgir um caráter simbólico e coletivo de patrimônio: o religioso.

Ainda que se mantivesse o caráter aristocrático, passaram a ser valores sociais compartilhados os sentimentos religiosos. O culto aos santos e a valorização das relíquias trouxeram um novo conceito de patrimônio, com a valorização de lugares e objetos de rituais coletivos. As elites reagiram através da monumentalização de igrejas e criação de catedrais. A filosofia humanista, revelada no Renascimento, apropriou-se do legado da Antiguidade Clássica, relendo suas obras, colecionando objetos e vestígios daquela época. Logo, o patrimônio moderno deriva, de uma maneira ou de outra, dessa fase, mas a preocupação com o patrimônio resulta de uma transformação profunda nas sociedades modernas, com o surgimento dos Estados nacionais.

Na formação dos Estados ditos modernos era preciso criar cidadãos, fornecer meios para que compartilhassem valores e costumes, para que pudessem se comunicar entre si, para que tivessem um solo e uma origem supostamente comuns. Nesse sentido, a escola teve o papel de difundir uma língua nacional, uma origem e uma cultura para o povo. A in-

226 | projeção da ideia de pertencimento a uma nação, já entre as crianças, era a principal função da escola naquele período; preocupava-se em inculcar nos jovens sentimentos e conceitos que passavam a fazer parte de sua compreensão de mundo, entre esses a cultura, que não podia desconsiderar suas bases nacionais, seu patrimônio nacional. E assim, começa a surgir a noção de patrimônio que temos hoje, de um povo com uma única língua, origem e território.

A fim de resguardar o patrimônio nacional foram criadas leis que limitavam o patrimônio particular ou individual, de acordo com a tradição do direito romano (trajetória semelhante à brasileira). Desse modo, o patrimônio é entendido como um bem material concreto, assim como objetos de alto valor material e simbólico para a nação. São valores comuns, compartilhados por todos.

O patrimônio é algo excepcional, que representa a nacionalidade. É preciso criar instituições patrimoniais e uma legislação específica. Conseqüentemente, são criados serviços de proteção ao patrimônio e uma série de profissionais é chamada a participar como arquitetos, historiadores, arqueólogos, geógrafos, antropólogos, e sociólogos, entre outros. A ênfase ao patrimônio nacional só acontece entre 1914 e 1945, com a eclosão das duas grandes guerras (FUNARI; PELEGRINI, 2009).

3 PATRIMÔNIO – MEMÓRIA E HISTÓRIA

Já segundo Oliveira (2008), patrimônio se refere à história, memória e identidade. São conceitos inter-relacionados que são definidos e modificados de acordo com o tempo. A noção de patrimônio confunde-se, assim, com a de propriedade herdada. Ele se forma através da coleção de objetos que têm uma proteção especial. A valoração desses objetos depende de mitos e tradições. São suportes da memória e da história dos homens. Quando essas coleções saem da casa de particulares e são colocados à mostra dão origem aos primeiros museus. Os patrimônios históricos e artísticos têm, em nosso tempo, a função simbólica de resgatar a identidade e a memória de uma nação. O termo “patrimônio” revela a relação de pertencimento a uma comunidade que detém bens nesse sentido: relíquias, monumentos, cidades históricas, entre outros.

O primeiro órgão federal de proteção ao patrimônio no Brasil foi criado em 1934, tratava-se da Inspetoria dos Monumentos Nacionais. Esse órgão se preocupou especialmente com a restauração de monumentos da cidade de Ouro Preto. Porém, já existiam inspetorias estaduais em Minas Gerais, Bahia e Pernambuco. Em 1936 foi criado o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Sphan). Gustavo de Capanema – Ministro da Educação e Saúde de 1934 a 1945 – foi quem recomendou a criação de um serviço nacional, segundo Oliveira (2008).

A realidade de um processo de proteção ao patrimônio histórico brasileiro surge a partir de viagens feitas por um grupo de intelectuais modernistas (entre os quais Carlos Drummond de Andrade, Pedro Nava, Gustavo de Capanema) às cidades colônias de Minas Gerais, que ganharam status de “experiência de conversão à brasilidade, de redescoberta do Brasil” (OLIVEIRA, 2008, p. 116). Isso na década de 20, do século passado. Essas viagens “tiveram o efeito de produzir uma nova consciência: a da necessidade de salvar os vestígios do passado” (OLIVEIRA, 2008, p. 117). Esse movimento ganhou força na década de 1930, com o reconhecimento da necessidade da ação do Estado. Nesse sentido, também com o apoio dos “neocoloniais” (Ricardo Severo, José Mariano Filho, Gustavo Barroso e outros),

grupo que tinha como perfil a descoberta e a valorização da tradição colonial portuguesa especialmente em São Paulo, os “modernos” queriam “reler” o colonial e não aceitavam a cópia evocativa.

De acordo com Oliveira (2008), o apoio do governo federal na preservação do patrimônio histórico só veio ganhar força após o movimento de redemocratização do país, na década de 1980, com a criação de órgãos de fiscalização e controle da preservação, e através de leis que instituíram o tombamento (ato de reconhecimento de valor cultural de um bem, que o transforma em patrimônio oficial e institui que ele é propriedade coletiva) e os reais patrimônios: palácios, museus, igrejas, praças, fachadas, etc, delimitando o alcance da preservação.

4 A QUARTA CIDADE MAIS ANTIGA DO BRASIL

São Cristóvão, distante 18 km de Aracaju (Capital de Sergipe), ostenta o título de 4ª cidade mais antiga do Brasil, e apesar dessa ostentação, pode-se ver, além de uma beleza admirável, um abandono na falta de saneamento, nas ruas esburacadas e no descuido com os prédios públicos e calçadas, causando, assim, certo desconforto para quem a visita. Observando e até mesmo conversando com alguns moradores da cidade, notamos o quanto muitas das pessoas passam despercebidas diante de tanta história “viva”, e pode-se perguntar o porquê desse desinteresse das pessoas que nela residem.

São Cristóvão foi a primeira capital de Sergipe, tendo sido fundada por Cristóvão de Barros, no dia 1º de Janeiro de 1590, época em que Portugal estava sob o domínio do Rei Felipe II da Espanha.

Derrotados os franceses e os índios em 1590 pelo governador Cristóvão de Barros, este resolve fundar uma cidade nas margens do rio Cotinguiba, atualmente denominado rio Sergipe, cujo a foz fica a meia distância da foz do rio Real, ao sul, e do rio São Francisco, ao norte, e deu o nome de cidade de São Cristóvão em homenagem ao Santo do seu nome. O local escolhido, segundo Barloeus, cartógrafo que acompanhou o Príncipe Maurício de Nassau, foi junto aos apicuns que existem na confluência dos rios Pomonga e Sergipe, mais ou menos onde está situada a cidade de Barra dos Coqueiros, na Ilha de Santa Luzia, na margem esquerda do rio Sergipe (FRANCO, 1999, p. 55).

Alegando motivo de segurança, os moradores da cidade de São Cristóvão a transferiram para uma elevação situada entre a barra do rio Poxim e o litoral, fato que teria sucedido entre 1594 e 1595. Outra transferência ainda ocorreria em 1607, para o local, onde, hoje, se encontra a cidade quatro léguas a dentro da enseada do Vasa-Barris na confluência que faz com o Panamopama (NUNES, 1989, p. 28).

A cidade foi tombada pelo patrimônio histórico nacional em 1939, devido à quantidade de prédios urbanos que resgatam a memória e a identidade do século XVI e XVII; memória essa em parte guardada nos dois museus da cidade (Museu Histórico de Sergipe e Museu de Arte Sacra), ambos localizados na Praça São Francisco, hoje considerada Patrimônio da Humanidade.

São Cristóvão, ex-capital de Sergipe, tem um passado de glórias, e na sua arquitetura um atestado de arte e do gênio europeu adaptado ao monte descoberto no século XV. Na sua origem, a sede da capitania de Sergipe, Del' rei, teve um planejamento urbano típico das cidades medievais, dividindo suas funções de acordo com o relevo.

Assim, a cidade administrativa e religiosa foi construída na parte alta do Monte Una, enquanto a chamada cidade baixa passou a aglutinar o comércio, a pesca e os engenhos de cana-de-açúcar. No centro histórico a acrópole onde a burocracia civil e religiosa trabalhava e se protegia dos possíveis ataques de franceses e índios. Nela, destaca-se o conjunto arquitetônico da Praça São Francisco, cujo valor já foi destacado por renomados historiadores da arte, a exemplo de Germain Bason. Além do fato do convento franciscano (figura 1) do século XVII representar um genuíno exemplar barroco, é pertinente lembrar que o traçado urbano do seu entorno foi regido pelos cânones das ordenações Filipinas. Outro fator a ser lembrado, segundo Nunes (1989), é que a praça maior, segundo categorias hispânicas, perpassou os séculos como espaço das solenidades, das festas, da lei, do comércio, enfim, das manifestações da cultura tradicional e popular.

Figura 1- Igreja São Francisco, localizada na Praça São Francisco, São Cristóvão/SE.



Fonte: Brito, 01/11/2012.

Em São Cristóvão, podemos considerar, também, patrimônio histórico além do seu conjunto arquitetônico, outros valores denominados “lugares de memória”. Segundo Horta (2008), é possível considerar, também, como patrimônio histórico valores que passam despercebidos aos olhos das pessoas, mas se mantêm vivos em suas memórias, refletindo uma sentimentalidade não difundida, podendo ser caracterizada como “materiais e imateriais”, introduzindo-se profundamente e permanecendo em um mesmo estado, sem mudar, conservando assim a memória de tudo que está ligado pela origem, envolvendo as tradições e costumes, representando ou substituindo algo abstrato ou ausente, retratando simbolicamente pessoas e coisas como: “monumentos, uma igreja, um sabor, uma bandeira, uma árvore centenária” (HORTA, 2008, p. 111), fazendo com que se admita (alguém ou algo) sua verdadeira qualidade e condição.

Nas ruas estreitas brilham os casarios do século XVII, os conjuntos arquitetônicos do São Francisco e do Carmo, as igrejas da Vitória, Rosário dos homens pretos e Amparo dos homens pardos. A arquitetura (figura 2) são-cristovense tem origem espanhola, mas possui

grande influência portuguesa, transportando a mente de cada visitante ao passado de lutas e glórias, de um povo guerreiro que não perdeu a doçura e o jeitinho hospitaleiro de receber bem aqueles que por ali passam (estas são informações repassadas por funcionários da Secretaria de Turismo de Sergipe, que acompanham visitantes das igrejas referidas).

Figura 2 - Vista da Praça São Francisco, de dentro da Igreja São Francisco, São Cristóvão/SE.

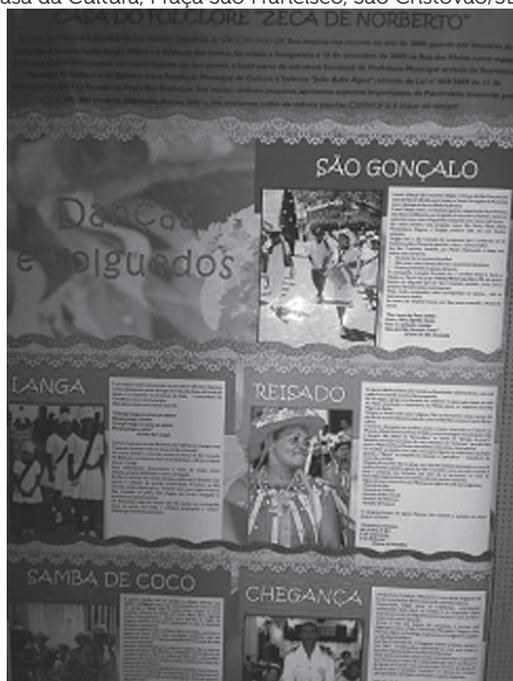


Fonte: Brito, 01/11/2012.

Na Casa da Cultura (Praça São Francisco) encontramos referências do patrimônio imaterial. A gente é cheia de graça, dengo e feitiço; feitiço dos doces típicos, de receitas seculares passadas de mãe para filha, como as famosas queijadinhas, cocadas de forno, as compotas, doces cristalizados, as delícias à base de frutos do mar, como as mariscadas, os licores e as cores das fruteiras que inundam de aromas doces toda periferia e os povoados da cidade.

No artesanato, as mãos abençoadas que produzem peças em crochês, rendas, rendendês, trançados em palhas e cipós, entalhes em madeira e cerâmica. Um povo que coloca talento, raça, força, amor e emoção em tudo que faz.

É um povo alegre, fato transmitido nas brincadeiras folclóricas dos reisados, do samba de coco, da taieira e chegança, dos bacamarteiros, da Langa e do São Gonçalo (figura 3), e nos impecáveis festejos juninos. É um povo que vive intensamente sua fé, principalmente nas festas do Senhor dos Passos, momento em que a cidade inteira se mobiliza para receber bem os mais de 60 mil romeiros que comparecem para pagar suas promessas a esse Santo, cuja imagem foi encontrada por pescadores em uma rede de pesca no rio Paramopama, pouco antes da transferência para capital. Nesse sentido, destacam-se ainda as manifestações da procissão do fogaréu, e a isenção da paixão de cristo no teatro a céu aberto (ALENCAR, 2003).



Fonte: Brito, 01/11/2012.

São Cristóvão proporciona a cada pessoa, sejam eles moradores locais ou visitantes, uma rica aula de história em cada esquina, nos seus monumentos e na tradição do povo, que atravessa os séculos. É uma terra cheia de memórias e patrimônio, seja material ou imaterial.

5 O QUE PENSAM OS MORADORES DE SÃO CRISTÓVÃO?

A cidade marcada pelo passado não é de todo reconhecida. Seus jovens antes revelam a indiferença e o “esquecimento” por que passa a sua própria cidade. Notem-se os depoimentos retirados de redações feitas por alunos do último ano do Ensino Médio, residentes de São Cristóvão, respondendo à questão “Como viver numa cidade histórica?”:

Aluno 1 - Eu sinceramente não gosto, porque aqui é um lugar esquecido. Não tem nada em que possamos nos orgulhar, muito pelo contrário, dá vergonha dizer que moro aqui, até a Praça São Francisco que é patrimônio da humanidade se encontra em condições precárias...

Aluno 2 - Para muitos um orgulho e para outros uma vergonha, pois uma cidade esquecida pelas lideranças, falta segurança, atendimento nos postos de saúde, e a reforma do hospital se arrasta a meses, o policiamento é deficiente, e os marginais cada vez mais tomam conta da cidade... Temos uma praça patrimônio da humanidade e que hoje é o único ponto turístico, pois o Cristo Redentor, a Bica dos Pintos está completamente abandonada...

Aluno 3 - Eu particularmente não vejo nenhuma vantagem nisso, São Cristóvão é uma cidade esquecida por todos. Uma cidade histórica não tem nada para os jovens se distraírem. Até a Praça São Francisco que é patrimônio da humanidade não traz nenhum conforto para nós moradores de São Cristóvão. Acho que deveria ter coisas mais interessantes que poderia até mesmo atrair mais turistas...

Aluno 4 - Morar numa cidade histórica para muitas pessoas é bom, porque muitas se sentem orgulhosas de morar numa cidade “onde fica conhecida no mundo afora”, mas para outros moradores é mesmo que nada...

Aluno 5 - Se essa cidade é São Cristóvão é uma vergonha, porque se é uma cidade histórica é pra conservar e não para destruir como São Cristóvão está destruída...

Aluno 6 – [...] Mais vejo que cada dia que passa, vejo que as pessoas não estão nem aí com isso...

Aluno 7 - Viver numa cidade histórica é bem complicado, pois vivemos em meio a anti-guidade, e a maioria das vezes pessoas de outra cidade veem isso como uma cidade sem tecnologia...

Aluno 8 - Para mim viver em uma cidade histórica tem seus lados bons e seu lado ruim... Já seu lado ruim é porque todos nós sabemos que apesar de ser uma cidade histórica não é uma cidade de vantagens e de pontos turísticos e não tem uma estrutura formada...

As expressões destacadas demonstram inclusive que o patrimônio histórico (os bens que representam a memória e a identidade da cidade) não é considerado como bem coletivo, parece mais um bem de outros ou de outro tempo. É notória, também, a representação de patrimônio ou de cidade histórica como algo antigo e que não tem (ou não pode ter) relação com a vida dos depoentes, que são jovens para quem falta algo de interesse.

As falas dos jovens estudantes são afetadas por sua realidade social de “falta de saneamento”, “falta de pontos turísticos”, “cidade sem tecnologia”, “lugar esquecido”, “vergonha” e, especialmente, pela falta de conscientização do patrimônio como identidade e como bem coletivo.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

São Cristóvão representa a memória viva de um passado não muito distante de nossa história. É representação de arquitetura, arte, religião, dança, cultura e gente, mas é também presente. É bastante triste ver uma riqueza cultural e histórica de grande importância não somente local passando despercebida aos olhos de seus próprios habitantes, que não veem essa realidade como algo de valor, e por conta disso há falta de orientação e motivação dos órgãos, principalmente locais, que acaba desestimulando quem ali reside.

A desmotivação é total e chegamos a nos indagar a que se deve essa falta de interesse coletivo. As pessoas não estão se dando conta da importância de uma cidade histórica, da memória presente em suas ruas, praças, igrejas, casas, museus, etc., como, também, do passado evidenciado em suas festas, danças e folclore, chegando a ponto de declarar que não queria ter nascido ali, “onde tudo é muito velho” e que “deveria ser colocado tudo no chão dando espaço a construções modernas”.

É triste, lamentável e chocante essa maneira de pensar, principalmente quando esses pensamentos partem de uma geração atual, presente e bem mais informada dentro de um mundo globalizado. Agir dessa forma é dar impressão de esvaziamento na maneira de pensar no sentido patrimônio histórico e cultural. O que é preciso ser feito para que essa maneira de pensar possa ser revertida e voltada para a importância do valor cultural, material e até mesmo sentimental? O que é preciso fazer para a satisfação de manter-se viva e

232 | ver-se preservado seu patrimônio cultural e histórico, de modo que isso chegue à cidade, a seus jovens moradores? É determinante conscientizar a população que convive com o patrimônio, que ele é um bem coletivo que representa sua própria identidade.

É preciso que os gestores (não somente locais), criem uma política mais séria e bem planejada para a conscientização sobre a importância do patrimônio cultural e histórico, para que se possa enraizar nas mentes o que é realmente morar, vivificar e estar constantemente ligado a uma realidade de cidade histórica. Cabe aos gestores públicos uma compreensão mais ampla e concreta do que realmente é nascer, estar e viver em uma cidade histórica e fazer com que seus moradores tenham a cidade como seu próprio patrimônio, seu bem coletivo, sua memória e sua identidade.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, Aglaé D`ávila Fontes de. **Danças e folguedos**: iniciação ao folclore sergipano. 2. ed. Aracaju: [s.n.], 2003.

FRANCO, Emmanuel. **A colonização da capitania de Sergipe D'el-Rei**. Aracaju: J. Andrade, 1999.

FUNARI, Pedro Paulo; PELEGRINI, Sandra C. A. **Patrimônio histórico e cultural**. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zagar, 2009.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras. Os lugares da memória. In SILVA, René Marc da Costa (org.). **Cultura popular e educação**: salto para o futuro. Brasília: MEC, 2008.

NUNES, Maria Thetis. **Sergipe colonial I**. São Cristóvão: UFS, 1989.

OLIVEIRA, Lúcia. Patrimônio como política cultural. In OLIVEIRA, Lúcia. **Cultura é patrimônio** – um guia. Rio de Janeiro: FGV, 2008.

I Faz parte da pesquisa de campo a visita aos principais pontos turísticos de São Cristóvão, como também a entrevista informal com funcionários presentes nos prédios históricos e populares bem como da observação pessoal deste pesquisador sobre o objeto de pesquisa.

II A visita à cidade de São Cristóvão foi feita de forma pessoal e única, no dia 1º de novembro de 2012. Foram encontrados funcionários públicos em quase todo conjunto arquitetônico visitados, que acompanharam a visita dando informações a respeito da importância da preservação daqueles ambientes. O Museu de Arte Sacra não foi visitado na mesma data por se encontrar fechado por determinação da Diocese de Aracaju.

III Os textos selecionados foram cedidos pela professora Kleyse Galdino Francisco (Mestranda em Letras/UFS), professora da rede estadual de ensino, que informa que os mesmos foram colhidos após debates e discussão do tema "Patrimônio Histórico", entre alunos do 3º ano do Ensino Médio, todos residentes na cidade de São Cristóvão.

IV As fotos fazem parte do arquivo pessoal de imagens do graduando Valdson Lucas Brito, aqui nomeado como Brito, e foram tirados no dia 01/11/2012.

Recebido em: 10 de dezembro de 2012
Avaliado em: 7 de janeiro de 2013
Aceito em: 10 de janeiro de 2013

1 Acadêmico em História – Universidade Tiradentes – UNIT. E-mail: lucas123brito@gmail.com

Este artigo foi produzido a partir da disciplina Práticas Investigativas II no período 2012.1.

Ludovico Omar Bernardi, orientador do trabalho, é professor da disciplina Práticas Investigativas II - UNIT, Mestre em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC): profeludo@yahoo.com.br.